



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº 124/2025

I – MATERIA

**PL Nº 124/2025**, “ Autoriza o Poder Executivo contratar servidores por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, por meio de processo seletivo simplificado, nos termos do art. 37, inciso IX da constituição federal e lei municipal 106 de 03 de maio de 2005, e dá outras providências”.

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao: **PL Nº 124/2025**, “ Autoriza o Poder Executivo contratar servidores por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, por meio de processo seletivo simplificado, nos termos do art. 37, inciso IX da constituição federal e lei municipal 106 de 03 de maio de 2005, e dá outras providências”.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº 124/2025**.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei Nº 124/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



---

Cicero Pereira Filho  
Presidente/Relator



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro



---

Silas Tserebura  
Membro



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

---

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº150/2025, PL Nº151/2025 e PL Nº152/2025**

**I – MATERIA**

**PL Nº150/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei Nº 2259/2021, o Programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1326 – Aquisição de material para as Unidades de Saúde e Hospital Municipal – MP/MT total R\$ 24.339,08.”

**PL Nº151/2025** “Inclui na lei Nº 2831/2024 e nos seus respectivos anexos - LDO para 2025, o programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1326 – Aquisição de material para as Unidades de Saúde e Hospital Municipal – MP/MT total R\$ 24.339,08.”

**PL Nº152/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial por superavit financeiro e dá outras providências projeto/atividade: 1326 – aquisição de material para as Unidades de Saúde e Hospital Municipal – MP/MT total R\$ 24.339,08.”

**II - VOTO DO RELATOR**

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº150/2025, PL Nº151/2025 e PL Nº152/2025**.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos **PL Nº150/2025, PL Nº151/2025 e PL Nº152/2025**.





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**


---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Roberto da Costa de Souza** os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise dos **PL N°150/2025, PL N°151/2025 e PL N°152/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



---

Cicero Pereira Filho  
Presidente



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro / Relator



---

Silas Tserebura  
Membro





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

---

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº154/2025**

**I – MATERIA**

**PL Nº154/2025** “Autoriza o Executivo Municipal a revogar a lei de Nº 1751/2019 e alterar o art. 7º e art. 9º da lei municipal Nº 1737/2019 que “Institui o Programa Municipal de desenvolvimento econômico e social através das parcerias público privadas – PPP do Município de Paranatinga/MT e dá outras providências”

**II - VOTO DO RELATOR**

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº154/2025** “Autoriza o Executivo Municipal a revogar a lei de Nº 1751/2019 e alterar o art. 7º e art. 9º da lei municipal Nº 1737/2019 que “Institui o Programa Municipal de desenvolvimento econômico e social através das parcerias público privadas – PPP do Município de Paranatinga/MT e dá outras providências”.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos **PL Nº154/2025**.

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Roberto da Costa de Souza** os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão, após análise dos **PL N°154/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.




---

Cicero Pereira Filho  
Presidente



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro / Relator



---

Silas Tserebura  
Membro



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

---

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº 155/2025, PL Nº156/25 e PL Nº157/2025**

**I – MATERIA**

**PL Nº155/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei Nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providências; construção de 50 unidades habitacionais. R\$ 7.407.156,09.”

**PL Nº156/2025** “Inclui na lei Nº 2831/2024 e nos seus respectivos anexos - LDO para 2025, o programa que menciona e dá outras providências; construção de 50 Unidades Habitacionais. R\$ 7.407.156,09.”

**PL Nº157/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial por excesso de arrecadação dá outras providências; construção de 50 Unidades Habitacionais. R\$ 7.407.156,09.”

**II - VOTO DO RELATOR**

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao: **PL Nº155/2025, PL Nº156/25 e PL Nº157/2025.**

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº 155/2025, PL Nº156/25 e PL Nº157/2025.**





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei PL Nº155/2025, PL Nº156/25 e PL Nº157/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



---

Cicero Pereira Filho  
Presidente/Relator



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro



---

Silas Tserebura  
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

---

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº158/2025

I – MATERIA

**PL Nº158/2025** “Altera lei Nº a 1.610 de 18 de junho de 2018, que estabelece a Política Municipal de saneamento básico, para dispor sobre o saneamento em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas.”

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº158/2025** “Altera lei Nº a 1.610 de 18 de junho de 2018, que estabelece a Política Municipal de saneamento básico, para dispor sobre o saneamento em áreas rurais, comunidades tradicionais e povos indígenas.”

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº158/2025**.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Silas Tserebura** os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

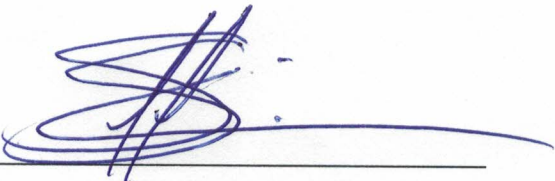
Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei N°158/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



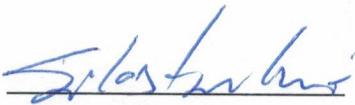
---

Cicero Pereira Filho  
Presidente



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro



---

Silas Tserebura  
Membro/Relator





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº159/2025, PL Nº160/2025 e PL Nº161/2025**

**I – MATERIA**

**PL Nº159/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providencias; Festa da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Salto da Alegria R\$ 5.000,00.”

**PL Nº160/2025** “Inclui na lei Nº 2831/2024 e nos seus respectivos anexos - LDO para 2025, o programa que menciona e dá outras providencias; Festa da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Salto da Alegria R\$ 5.000,00.”

**PL Nº161/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial por anulação e remanejamento e dá outras providências. Festa da Igreja Nossa Senhora Aparecida – Salto da Alegria.”

**II - VOTO DO RELATOR**

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº159/2025, PL Nº160/2025 e PL Nº161/2025**.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos **PL Nº159/2025, PL Nº160/2025 e PL Nº161/2025**.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


---

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Roberto da Costa de Souza** os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise dos **PL N°159/2025, PL N°160/2025 e PL N°161/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.




---

Cicero Pereira Filho  
Presidente



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro / Relator



---

Silas Tserebura  
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI Nº162/2025

I – MATERIA

**PL Nº162/2025** “Autoriza o Poder Executivo a destinar o lote 01, da quadra 10, com uma área de 750,07 m<sup>2</sup> para a criação de abrigo para animais abandonados – revoga a lei nº 2.614/2023.”

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº162/2025** “Autoriza o Poder Executivo a destinar o lote 01, da quadra 10, com uma área de 750,07 m<sup>2</sup> para a criação de abrigo para animais abandonados – revoga a lei nº 2.614/2023.”

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº162/2025**.

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Silas Tserebura** os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei N°162/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



---

Cicero Pereira Filho  
Presidente



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro



---

Silas Tserebura  
Membro/Relator



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº163/2025, PL Nº164/2025 e PL Nº165/2025**

**I – MATERIA**

**PL Nº163/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei Nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1330 – inc. temp. ao custeio dos serv. de assistência Hospitalar e ambulatorial p/ cumprimento das metas nacional - II total R\$ 1.400.044,00.”

**PL Nº164/2025** “Inclui na lei Nº 2831/2024 e nos seus respectivos anexos - LDO para 2025, o programa que menciona e dá outras providências projeto/atividade: 1330 – inc. temp. ao custeio dos serv. de assistência Hospitalar e ambulatorial p/ cumprimento das metas nacional - II-total R\$ 1.400.044,00.”

**PROJETO DE LEI Nº165/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos Adicional Especial por excesso de arrecadação e dá outras providências projeto/atividade: 1330 – inc. temp. ao custeio dos serv. de assistência hospitalar e ambulatorial p/ cumprimento das metas nacional - II total R\$ 1.400.044,00.”

**II - VOTO DO RELATOR**

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº163/2025, PL Nº164/2025 e PL Nº165/2025.**

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos **PL Nº163/2025, PL Nº164/2025 e PL Nº165/2025.**



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**


---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Roberto da Costa de Souza** os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise dos **PL N°163/2025, PL N°164/2025 e PL N°165/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



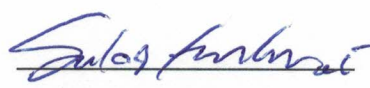
---

Cicero Pereira Filho  
Presidente



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro / Relator



---

Silas Tserebura  
Membro





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº166/2025, PL Nº167/2025 e PL Nº168/2025**

**I – MATERIA**

**PL Nº166/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal inclui nos anexos do plano plurianual – PPA 2022-2025, lei Nº 2259/2021, o programa que menciona e dá outras providencias projeto/atividade: 1329 – inc. temp. ao custeio dos serv. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial p/ cumprimento das metas nacional - I total R\$ 1.000.000,00.”

**PL Nº 167/2025** “Inclui na lei Nº 2831/2024 e nos seus respectivos anexos - LDO para 2025, o programa que menciona e dá outras providencias projeto/atividade: 1329 – inc. temp. ao custeio dos serv. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial p/ cumprimento das metas nacional - I total R\$ 1.000.000,00.”

**PL Nº168/2025** “Autoriza o Poder Executivo Municipal abrir créditos adicional especial por excesso de arrecadação e dá outras providências projeto/atividade: 1329 – inc. temp. ao custeio dos serv. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial p/ cumprimento das metas nacional - I total R\$ 1.000.000,00.”

**II - VOTO DO RELATOR**

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao **PL Nº166/2025, PL Nº167/2025 e PL Nº168/2025.**

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos **PL Nº166/2025, PL Nº167/2025 e PL Nº168/2025.**



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


---

III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS

Acompanhando o voto do EXMO Relator **Roberto da Costa de Souza** os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

Sendo assim, a Comissão, após análise **PL N°166/2025, PL N°167/2025 e PL N°168/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



---

Cicero Pereira Filho  
Presidente



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro / Relator



---

Silas Tserebura  
Membro



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

---

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.**

**PROJETO DE LEI Nº 169/2025**

**I – MATERIA**

**PL Nº169/2025** “Altera os incisos XII do art. 5º e § 3º do art. 38 da lei Nº 533 de 16 de dezembro de 2008, dispondo sobre a forma de cumprimento da hora-atividade”.

**II - VOTO DO RELATOR**

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao: **PL Nº169/2025** “Altera os incisos XII do art. 5º e § 3º do art. 38 da lei Nº 533 de 16 de dezembro de 2008, dispondo sobre a forma de cumprimento da hora-atividade”.

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei Nº 169/2025**.





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei Nº 169/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.



---

Cicero Pereira Filho  
Presidente/Relator



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro



---

Silas Tserebura  
Membro



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

---

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE LEI CM Nº015/2025

I – MATERIA

**PL CM Nº015/2025** "Regulamenta denominação de logradouro público municipal no bairro jardim Paraíso II".

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao:

**PL CM Nº015/2025** "Regulamenta denominação de logradouro público municipal no bairro jardim Paraíso II".

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Lei CM Nº015/2025**.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.

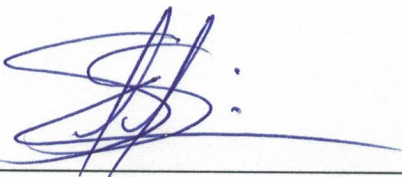
Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Lei CM Nº015/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.




---

Cicero Pereira Filho  
Presidente/Relator



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro



---

Silas Tserebura  
Membro





ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº003/2025

I – MATERIA

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº003/2025** "Dispõe sobre o dia e Horário de realização das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Paranatinga/MT."

II - VOTO DO RELATOR

De início, foi analisado o parecer técnico jurídico, o qual o parecer foi favorável ao:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº003/2025** "Dispõe sobre o dia e Horário de realização das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de Paranatinga/MT."

Quanto à juridicidade, não há nenhum óbice na aprovação do projeto, pois está de acordo com os princípios gerais do direito e o ordenamento jurídico vigente.

Em relação ao mérito, analisando a proposição, verifico prontamente os objetivos elogiáveis, por isso louvo o autor pela iniciativa.

Diante do exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do **Projeto de Resolução Nº003/2025**.



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA


---

**III - VOTO DOS DEMAIS MEMBROS**

Acompanhando o voto do EXMO Relator Cicero Pereira Filho, os demais membros desta Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização, votaram favoravelmente pela regular tramitação do projeto citado e assinam juntamente com o EXMO Relator.


Sendo assim, a Comissão, após análise do **Projeto de Resolução Nº003/2025**, conclui pela sua constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade quanto ao mérito, pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões em 16 de setembro de 2025.




---

Cicero Pereira Filho  
Presidente/Relator



---

Roberto da Costa de Souza  
Membro



---

Silas Tserebura  
Membro